

## Corrupção com castigo

O **Parlamento Europeu** pediu à Comissão que apresente regras e sanções contra a corrupção, dada a urgência de resolver este problema à luz da actual crise económica que afecta muitos Estados-Membros. **O custo da corrupção** para a economia da UE **eleva-se a 120 mil milhões de euros por ano**, um valor quase equivalente ao orçamento anual da UE.

ver pág. 6

## Kaddafi para o TPI

O Parlamento Europeu congratulou-se com a **queda do regime autocrático** de 42 anos de Muammar **Kaddafi** e felicitou o povo líbio pela sua coragem e determinação. Numa resolução aprovada por larga maioria, o PE **insta todos os países a cooperarem com o Tribunal Penal Internacional** para assegurar que Kaddafi seja julgado e deplora a oferta de asilo feita pela Guiné-Bissau a Kaddafi para residir neste país. O PE instou também o **Presidente da Síria, Bashar al-Assad, a renunciar ao poder**.

ver pág. 9

## Recordar o 11 de Setembro

Na abertura da sessão plenária o Presidente Buzek recordou o **11 de Setembro** afirmando "**O mundo democrático não se deixa intimidar. (...) O terrorismo não deve ser o novo totalitarismo desde século. (...) As pessoas têm direito a viver sem medo**".

ver pág. 3

## em destaque:

### Novas regras para FRONTEX

"Para que tenhamos um **sistema integrado de gestão de Fronteiras** temos que ter uma agência **FRONTEX** com um papel fundamental" disse Carlos Coelho ao falar no plenário.

Recordando que a Frontex "**virá a exercer mais competências e responsabilidades no novo sistema de avaliação de Schengen**" o Deputado português aludiu ainda ao "**aumento das pressões migratórias que envolvem novas ameaças e riscos**".

A agência que gere as fronteiras externas da UE vai ter de **reforçar o respeito dos direitos fundamentais** nas suas missões, como o acesso aos sistemas de asilo ou o salvamento de pessoas no mar, segundo a revisão do mandato da Frontex aprovada pelo Parlamento Europeu. As novas regras prevêem também a criação de "**equipas de guardas de fronteira europeias**" e a obrigação de os Estados-Membros respeitarem os seus compromissos e contribuírem com pessoal e equipamento para as missões da agência.

Segundo o regulamento, a **Frontex deverá promover a solidariedade entre Estados-Membros**, particularmente aqueles que se encontram sujeitos a "**pressões específicas desproporcionadas**".

Os países da UE, que contribuíam numa base voluntária com pessoal e equipamento técnico para a Frontex, ficam agora vinculados a fazê-lo, à luz de acordos anuais a negociar entre a agência e os Estados-Membros. **A Frontex deverá ser também dotada de meios para a aquisição ou locação dos seus próprios equipamentos**.

ver pág. 3

## *Índice*

<b>Aniversário 11 de Setembro.....</b>	<b>3</b>
<b>Reforço das Regras da Frontex.....</b>	<b>3</b>
<b>Transparência nos Mercados Energéticos.....</b>	<b>5</b>
<b>Combate à corrupção.....</b>	<b>6</b>
<b>Situação na Líbia.....</b>	<b>9</b>
<b>Ordem do dia da sessão.....</b>	<b>13</b>

### *Siglas dos Grupos Políticos:*

**PPE**- Partido Popular Europeu  
**S&D**- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas  
**ALDE**- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa  
**Verdes/ALE**- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia  
**CRE**- Conservadores e Reformistas Europeus  
**CEUE/EVN**- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica  
**ELD**- Europa da Liberdade e da Democracia

*Responsável: Pedro Paulos e Cruz*

#### *Fontes:*

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

## **Parlamento Europeu respeita minuto de silêncio pelas vítimas do 11 de Setembro**

O Parlamento Europeu assinalou o 10º aniversário dos ataques terroristas de 11 de Setembro, respeitando um minuto de silêncio em memória das vítimas. Na abertura da sessão plenária, o Presidente Jerzy Buzek referiu também os acontecimentos deste Verão na zona euro e a situação na Líbia.

Sobre a situação económica, Buzek referiu que o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, irá brevemente apresentar novas propostas para dar resposta à crise. O Presidente do PE mencionou também a reunião extraordinária da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários nos finais de Agosto, durante a qual os eurodeputados debateram a crise do euro com o Presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, o Presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, e o comissário europeu Olli Rehn.

Em relação aos desenvolvimentos na Líbia, Buzek congratulou-se com a aproximação do fim do conflito e reafirmou a vontade do PE em ajudar o povo líbio na reconstrução do país.

### **10º aniversário dos ataques terroristas de 11 de Setembro**

Numa declaração sobre o 10º aniversário dos atentados de 11 de Setembro, que vitimaram cerca de três mil pessoas de 70 países, o Presidente do PE disse: *"Os terroristas não ganharam o mundo. O mundo democrático não se deixa intimidar. (...) O terrorismo não deve ser o novo totalitarismo desde século. (...) As pessoas têm direito a viver sem medo"*.

O Presidente do PE condenou ainda a violência contra o eurodeputado Sajjad Karim (ECR) no Reino Unido, cuja casa foi invadida por indivíduos pertencentes a uma organização extremista.

## **Frontex: Novas regras para assegurar respeito dos direitos fundamentais nas fronteiras externas da UE**

A agência que gere as fronteiras externas da UE vai ter de reforçar o respeito dos direitos fundamentais nas suas missões, como o acesso aos sistemas de asilo ou o salvamento de pessoas no mar, segundo a revisão do mandato da Frontex aprovada pelo Parlamento Europeu. As novas regras prevêem também a criação de *"equipas de guardas de fronteira europeias"* e a obrigação de os Estados-Membros respeitarem os seus compromissos e contribuírem com pessoal e equipamento para as missões da agência.

O regulamento revisto reforça sobretudo as obrigações da Frontex em matéria de direitos fundamentais. A agência terá de estabelecer um mecanismo eficaz para acompanhar o respeito destes direitos em todas as suas actividades, nomear um *"agente para os direitos fundamentais"* e criar um fórum consultivo nesta matéria.

Entre as funções da agência passa a estar incluída a prestação de assistência aos Estados-Membros em situações que podem implicar "*emergências humanitárias e salvamento no mar*".

A agência tem também de respeitar o "*princípio da não repulsão*", que estipula que nenhuma pessoa pode ser desembarcada num país nem entregue às autoridades de um país no qual corre risco de vida ou de violação dos seus direitos e liberdades.

As normas hoje aprovadas estabelecem que as operações da Frontex possam ser suspensas no caso de haver violações dos direitos fundamentais.

### **Equipas de guardas de fronteira europeias**

As novas regras prevêem também a criação de "*equipas de guardas de fronteira europeias*" que serão destacadas durante operações conjuntas, intervenções rápidas e projectos-piloto. Estas equipas serão compostas por guardas de fronteiras de vários Estados-Membros, unindo as anteriores equipas de apoio conjunto e equipas de intervenção rápida nas fronteiras.

Segundo o regulamento, a Frontex deverá promover a solidariedade entre Estados-Membros, particularmente aqueles que se encontram sujeitos a "*pressões específicas desproporcionadas*".

Os países da UE, que contribuíam numa base voluntária com pessoal e equipamento técnico para a Frontex, ficam agora vinculados a fazê-lo, à luz de acordos anuais a negociar entre a agência e os Estados-Membros. A Frontex deverá, no entanto, ser também dotada de meios para a aquisição ou locação dos seus próprios equipamentos.

A revisão do mandato da Frontex, aprovada em plenário por 431 votos a favor, 49 contra e 48 abstenções, visa melhorar o funcionamento desta agência à luz da experiência adquirida desde a sua criação, em 2004.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Carlos Coelho (PPE):** "*Senhora Presidente, Senhor Ministro Miller, Senhora Comissária Malmström, o meu ponto de partida é que, para termos liberdade de circulação e um espaço de liberdade, segurança e justiça, precisamos de uma gestão integrada e uniforme das fronteiras externas, com um nível elevado e uniforme de controlo e vigilância. Essa é uma condição sine qua non . Para que tenhamos um sistema integrado de gestão de fronteiras, temos que ter uma agência FRONTEX com um papel fundamental.*

*Tendo em atenção o aumento das pressões migratórias que envolvem novas ameaças e risco, creio que é fácil de compreender que havia necessidade de reforçar o papel da FRONTEX, facultando-lhe mais recursos e ferramentas de modo a aumentar a sua eficácia. E, no quadro do novo sistema de avaliação de Schengen que estamos a discutir, é também previsível que a FRONTEX venha a exercer mais competências e que, portanto, tenha mais responsabilidades.*

*Dito isto, creio que é justo saudar o nosso colega Simon Busuttill pelo trabalho fantástico que fez ao chegar a este acordo. Gostaria de sublinhar cinco pontos: primeiro, o reforço das disposições em matéria de direitos fundamentais, a que já*

vários oradores fizeram referência e que é um marco notável neste acordo; segundo, o reforço da eficácia, com a possibilidade de enviar peritos da FRONTEX por períodos de tempo mais longos; terceiro, a criação das equipas de guardas de fronteiras; quarto, o processamento de dados pessoais que, como Simon Busuttill recordou, é essencial à análise de risco, mas que tem que ser regulamentado e ter condições precisas, e essas cautelas estão previstas, designadamente em termos de retenção de dados e na exigência de esses dados serem despessoalizados; e finalmente a criação de meios operacionais, ou seja, a FRONTEX poder proceder à aquisição de meios e não estar directamente dependente dos Estados-Membros.

Sra. Presidente, creio que é justo dizer que esperamos que agora na acção da FRONTEX ela se mostre à altura da confiança que em recursos humanos e em meios legislativos as instituições europeias lhe estão a conceder."

## **Gás e electricidade: PE aprova regras contra abusos nos mercados grossistas**

**O Parlamento Europeu aprovou novas regras para prevenir abusos nos mercados grossistas da energia e proteger os consumidores. A monitorização destes mercados será feita a nível da UE para ajudar os Estados-Membros a prevenir, detectar e sancionar as práticas abusivas.**

O regulamento sobre a integridade e a transparência nos mercados da energia (REMIT) será aplicável ao comércio de produtos energéticos grossistas, em especial aos contratos e derivados relativos à produção, fornecimento e transporte de gás natural e electricidade.

A monitorização destes mercados será efectuada pela Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACRE), em estreita colaboração com as entidades reguladoras nacionais.

Como requerido pelos eurodeputados, todos os participantes no mercado serão incluídos num "registo europeu" para aumentar a transparência. Caso violem as regras, as sanções a aplicar a nível nacional deverão reflectir os danos causados aos consumidores.

As práticas desleais no mercado grossista de energia podem conduzir ao aumento dos preços da energia para os consumidores finais (cidadãos e empresas) e minar a confiança de potenciais investidores em projectos de infra-estruturas de energia.

Este regulamento proíbe essas práticas abusivas e assegura uma melhor monitorização dos mercados, com vista a proteger os consumidores finais e garantir preços da energia comportáveis para os cidadãos europeus.

O texto, já acordado entre o PE e o Conselho, entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Maria da Graça Carvalho (PPE):** "Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Ministro, a transparência é um requisito para uma maior integração do mercado da energia da UE. Esta integração traz benefícios claros para os consumidores. O

regulamento hoje aprovado é um passo em frente no sentido da conclusão do mercado interno da energia até 2014.

*O regulamento estabelece uma base de dados de transacções no mercado grossista de energia e a criação de um registo europeu dos participantes no mercado, evitando práticas desleais. As práticas desleais no mercado grossista de energia afectam os níveis de preço e prejudicam os consumidores. A falta de transparência pode conduzir a um aumento do preço para os consumidores finais e pode minar a confiança de potenciais investidores em projectos de infra-estruturas. Este regulamento é, assim, fundamental para o bom funcionamento do mercado interno e para a confiança dos consumidores e investidores no mercado interno da energia."*

**Marisa Matias (GUE/NGL):** *"Senhor Presidente, Senhor Comissário, eu quero também referir a importância fundamental deste relatório em matéria de transparência daquele que é o mercado energético europeu. E quero apenas dizer que se trata de um domínio central da cooperação em termos europeus se salvaguardarmos algumas das dimensões que são fundamentais, entre elas evitar que a liberalização se transforme num aumento dos preços da energia para os cidadãos, garantir a igualdade de acesso e ter cuidados em matéria de sanções, como já foi referido por inúmeros colegas."*

*E precisamente porque este é um domínio central da cooperação europeia, Sr. Presidente, Sr. Comissário, eu não posso deixar de referir e de questioná-lo e perguntar-lhe olhos nos olhos, Sr. Comissário. Gostaria de lhe dar a oportunidade de se explicar em matéria das declarações recentes que fez em relação à Grécia, à Irlanda e a Portugal, porque são também matérias de cooperação europeia. Medidas simbólicas como colocar as bandeiras a meia haste, Sr. Comissário, é reforçar a vergonha de cidadãos que são dignos e que lutam por uma Europa..."*

## **Corrupção: Parlamento Europeu quer regras europeias e sanções**

**O Parlamento Europeu pediu à Comissão que apresente regras e sanções contra a corrupção, dada a urgência de resolver este problema à luz da actual crise económica que afecta muitos Estados-Membros. O custo da corrupção para a economia da UE eleva-se a 120 mil milhões de euros por ano, um valor quase equivalente ao orçamento anual da UE.**

O Parlamento Europeu quer que a Comissão adopte normas mínimas relativas à definição de corrupção e das sanções que lhe estão associadas, tendo em conta a sua dimensão transfronteiriça.

Os eurodeputados sugerem também que a Comissão tome novas medidas a nível da UE para harmonizar a legislação relativa à protecção dos autores de denúncias (incluindo a protecção contra processos por calúnia e difamação) e à penalização do enriquecimento ilícito.

O PE exorta o executivo comunitário a dar prioridade à luta contra a corrupção e o Conselho de Ministros da UE a assegurar o necessário empenhamento político – *"actualmente inexistente nalguns Estados-Membros"* – para lutar e aplicar medidas contra este crime.

*"A corrupção, a evasão fiscal, a fraude fiscal e outros crimes económicos constituem obstáculos à recuperação económica dos Estados-Membros afectados pela crise económica e financeira. O risco de corrupção é particularmente grave em caso de desregulamentação e de privatização em grande escala e é necessário pô-lo termo por todos os meios possíveis", diz o PE.*

### **Relatórios anticorrupção já em 2012**

No pacote anticorrupção apresentado em Junho, a Comissão Europeia comprometeu-se a apresentar "*relatórios anticorrupção*" a partir de 2013. Esses relatórios darão uma panorâmica dos esforços envidados pelos países da UE e dos resultados obtidos, salientando igualmente as lacunas a colmatar e as deficiências a rectificar nos 27 Estados-Membros da UE.

O PE pede à Comissão que publique relatórios intercalares sobre a luta contra a corrupção já em 2012, dada a urgência de resolver este problema à luz da actual crise económica que afecta grande número de Estados-Membros.

Os eurodeputados sublinham que a luta contra a corrupção requer também maior transparência nas transacções financeiras, especialmente as que envolvem jurisdições "*offshore*" (paraísos fiscais).

### **Infiltração da corrupção na política e nos meios de comunicação social**

Os parlamentares solicitam a todas as instituições da UE e aos Estados-Membros que assegurem maior transparência através da elaboração de códigos de conduta ou da melhoria dos existentes, de modo a estabelecer normas claras pelo menos em matéria de conflitos de interesses.

O PE quer também que tomem medidas para prevenir e combater a infiltração da corrupção na política e nos meios de comunicação social, "*reforçando a transparência e a supervisão do financiamento e da captação de fundos*".

### **Cidadãos consideram a corrupção um problema grave nos seus países**

Quatro em cada cinco cidadãos da UE consideram que a corrupção é um problema grave no seu Estado-Membro, segundo um Eurobarómetro de 2009. Noutra consulta pública, 88% dos inquiridos disse que a UE devia redobrar os seus esforços na luta contra este crime.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Carlos Coelho (PPE):** *"Senhor Presidente Vidal-Quadras, Senhor Ministro Miller, Senhora Comissária Malmström, também sinto que há neste debate uma causa comum, a luta contra a corrupção, pelas razões que já foram aqui invocadas por Monica Macovei – razões sociais, económicas e políticas.*

*Ora creio que também já ouvi neste debate apontar o dedo a países. E vejo documentos em que se fala na Grécia, na Bulgária, na Itália, na Roménia... Mas a verdade é que não existe um único país na União Europeia que não seja afectado pelo flagelo da corrupção. Vários oradores falaram na questão do custo. De facto, é chocante que o custo anual da corrupção possa ser qualquer coisa como o valor global do orçamento da União Europeia.*

*Cumprimento, por isso, a Comissária Malmström pelo pacote anticorrupção de 6 de Junho, que representa, na minha opinião, um passo em frente na luta contra a corrupção. Gostei muito de ouvir a nossa Comissária dizer que não bastam as leis. O que é necessário é vontade política e tolerância zero. E também gostei de a ouvir referir que é importante apontar os Estados-Membros que são menos rápidos a fazer a transposição ou implementação dessas medidas, e que isso irá constar dos relatórios. Nós sabemos que existem já em vigor quadros jurídicos bastante exigentes, mas a verdade é que a sua aplicação a nível dos Estados-Membros é muito diferente.*

*Finalmente, Sra. Comissária, tem também razão quando diz que é necessário manter... aperfeiçoar a cooperação policial e judiciária, e eu acrescentaria: pôr as agências europeias também a colaborar nesse sentido".*

**Ana Gomes (S&D):** *"O fornecimento de submarinos fabricados na Alemanha a Portugal e à Grécia é clamoroso exemplo da teia de corrupção que funciona a nível europeu e que contribuiu decisivamente não apenas para violar as regras do mercado interno, mas para a crise das finanças públicas nestes dois últimos países. Isto é a prova de que é urgente tomar medidas eficazes para combater a corrupção a nível europeu.*

*A crise que enfrentamos – e os pesados sacrifícios que estamos a exigir em resultado dela aos cidadãos, em especial nos países sob programa de resgate financeiro – exige um esforço sério, a nível nacional e europeu, na luta contra a corrupção, a fraude, a evasão fiscal e a impunidade dos corruptos e dos corruptores. É por isso preciso que a Comissão e o Conselho reconheçam que os memorandos de entendimento assinados por Portugal, Irlanda e Grécia para assistência financeira oferecem inúmeras oportunidades para a corrupção, sobretudo nas privatizações e na renegociação das parcerias público-privadas.*

*A Comissão Europeia tem, assim, uma responsabilidade particular em dar visibilidade à luta contra a corrupção e prioridade a essa luta nesses programas, em concreto para os países sob programa de assistência financeira, mas, em geral, porque ela pesa no orçamento dos Estados, no bolso dos contribuintes, no funcionamento das empresas e do mercado interno, na confiança mútua entre os Estados-Membros e na confiança dos cidadãos na própria União Europeia.*

*A Comissão precisa de avançar urgentemente com a harmonização de medidas para a protecção de denunciadores do crime da corrupção e para a criminalização do enriquecimento ilícito em todos os Estados-Membros, de acordo com as recomendações da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Precisamos de, a nível europeu, impor transparência e controlo nas transacções financeiras, em especial para os paraísos fiscais, dentro e fora da União Europeia, e de concertação europeia na negociação de acordos com jurisdições offshore para garantir a partilha de informação.*

*A Comissão e o Eurojust devem criar mecanismos mais rápidos e eficientes de cooperação judiciária para acelerar, para garantir que há troca de provas, de documentos e informações entre os Estados-Membros e assim acelerar a tramitação dos processos em investigação ou em julgamento de forma a assegurar a efectiva punição dos corruptos e dos corruptores. E, ao dizer isto, baseio-me na forma ineficaz e demorada como funcionou a cooperação judiciária entre Portugal e a Alemanha, exactamente nas investigações sobre a corrupção no caso dos submarinos alemães vendidos a Portugal.*



*Esta comunicação da Comissão é bem-vinda, mas tem que se traduzir imediatamente em medidas práticas, como é recomendado pelo Parlamento na resolução em consideração."*

## **Kaddafi tem de ser julgado e al-Assad deve renunciar ao poder, diz Parlamento Europeu**

O Parlamento Europeu congratulou-se com a queda do regime autocrático de 42 anos de Muammar Kaddafi e felicitou o povo líbio pela sua coragem e determinação. Numa resolução aprovada por larga maioria, o PE insta todos os países a cooperarem com o Tribunal Penal Internacional para assegurar que Kaddafi seja julgado e deplora a oferta de asilo feita pela Guiné-Bissau a Kaddafi para residir neste país. O PE instou também o Presidente da Síria, Bashar al-Assad, a renunciar ao poder.

O Parlamento Europeu exprime o seu pleno apoio ao Conselho Nacional de Transição (CNT) e exorta a UE a assistir as novas autoridades líbias na construção de uma Líbia unificada, democrática e pluralista, em que os direitos humanos, as liberdades fundamentais e a justiça sejam garantidos a todos os cidadãos líbios, bem como aos trabalhadores migrantes e refugiados.

Os eurodeputados apelam aos Estados-Membros da UE para que procurem obter a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas para libertarem os bens líbios congelados, para ajudar o CNT a governar de acordo com as necessidades deste período transitório.

O PE insta também o CNT a comprometer-se a respeitar elevados padrões de transparência nos sectores económicos estratégicos nacionais, para que os recursos naturais da Líbia beneficiem toda a população.

### **Kaddafi deve ser entregue ao Tribunal Penal Internacional**

Os eurodeputados instam todos os países, especialmente os vizinhos da Líbia, a cooperarem com as autoridades judiciais internacionais, nomeadamente com o Tribunal Penal Internacional (TPI), para assegurar que Kaddafi e o círculo dos seus colaboradores mais próximos sejam julgados.

O PE deplora a oferta de asilo feita pela Guiné-Bissau a Kaddafi para residir neste país, salientando que *"tal poderia não ser consentâneo com as obrigações da Guiné-Bissau nos termos do Acordo de Cotonou"*.

### **Síria: Presidente Bashar al-Assad deve renunciar ao poder**

Numa resolução sobre a Síria, o PE insta o Presidente Bashar al-Assad e o seu regime a renunciarem ao poder quanto antes.

Os eurodeputados instam mais uma vez a que seja realizado um inquérito independente, transparente e eficaz sobre os assassinatos, encarceramentos, detenções arbitrárias e presumíveis desaparecimentos forçados e torturas cometidos pelas forças da segurança sírias.

O PE congratula-se com a adopção de novas medidas restritivas contra o regime sírio, nomeadamente a proibição da importação de petróleo bruto para a UE, e insta à *"imposição de novas sanções que visem o regime, mas minimizem os impactos negativos nas condições de vida da população"*.

Os eurodeputados solicitam aos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular à Rússia e à China, que adoptem uma resolução em que se condene o recurso à violência mortal por parte do regime sírio e se apele à cessação dessa violência, e que imponham sanções em caso de não cumprimento.

#### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Ana Gomes (S&D):** *"Esperamos neste Parlamento que o conflito na Líbia esteja perto do fim. O corajoso povo líbio merece que o sofrimento causado por 42 anos de brutal ditadura e seis meses de guerra dê lugar a um país livre e democrático. Para tal, Khadafi e os seus homens de mão têm de ser encontrados e julgados."*

*A União Europeia, que já desde Maio, em boa hora, estabeleceu uma presença em Bengazi, foi rápida a agitar a bandeira em Trípoli logo após a libertação da capital. Deve agora também rapidamente descongelar os bens líbios referenciados, sob supervisão do Conselho de Segurança, e tratar de identificar outros recursos financeiros desviados pelo regime de Khadafi para que não alimentem a desestabilização do país e para assegurar a sua devolução às autoridades líbias.*

*A Alta Representante para a Política Externa e o Serviço Europeu para a Acção Externa têm de apressar-se a dar resposta a pedidos líbios de ajuda na governação interina e no processo de transição para a democracia, assegurando a indispensável coordenação entre Estados-Membros para que as agendas nacionais se não sobreponham a uma estratégia política coerente da própria União. E também para não deixar dúvidas sobre o respeito pela União Europeia pela soberania do povo líbio e ainda para viabilizar o papel coordenador que cabe às Nações Unidas na articulação das diferentes contribuições internacionais para o processo de reconstrução económica e institucional da Líbia.*

*Prioridade imediata para promover a segurança e a reconciliação na Líbia terá de ser certamente o desarmar e reinserir social e profissionalmente os civis que se viram obrigados a pegar em armas. A União Europeia pode oferecer a sua experiência e assumir um papel de relevo no esforço de desarmamento, desmobilização e reintegração e, portanto, no apoio à reforma do sector de segurança, bem como na preparação dos processos constitucional, eleitoral, construção do sistema de justiça, capacitação institucional da própria sociedade civil.*

*A credibilidade de um governo provisório líbio vai sobretudo depender da capacidade de cumprir as promessas de construir um Estado democrático, respeitador dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de todos os cidadãos – líbios, mas também estrangeiros – e, designadamente, os migrantes que tanto sofreram no tempo de Khadafi e que continuaram até agora a sofrer, muitas vezes vendo-se injustamente acusados de ser mercenários ao serviço de Khadafi só pela sua cor da pele.*

*Por isso, saudamos as recentes declarações do Presidente do Conselho Nacional de Transição, Jalil, em Trípoli, anunciando que a Líbia será um país muçulmano moderado, e esperamos que isso signifique que a sharia, consagrada numa primeira declaração constitucional como fonte primordial da lei, seja interpretada de*

*forma a assegurar integral respeito pela rule of law e pelos direitos humanos, em especial das mulheres e dos migrantes.*

*Esperamos neste Parlamento que o governo de transição lidere o processo de reconciliação nacional e, neste quadro, garanta a participação de mulheres e de jovens em todos os órgãos de decisão política e económica.*

*Nós, europeus, temos de tirar as lições necessárias do nosso passado na Líbia, como mau exemplo da política, ou melhor, da falta de política externa, através da colaboração de diversos governos europeus com o regime de Khadafi, quer trocando terroristas por contratos de petróleo, quer vendendo armas e fazendo outsourcing da tortura no quadro do programa das renditions da CIA.*

*Precisamos de uma nova política externa europeia baseada nos valores e nos princípios europeus e que responda aos desejos claros do povo líbio e de todos aqueles que no Mediterrâneo sul, nas diversas praças Tahrir, gritam por liberdade e dignidade."*

**João Ferreira (GUE/NGL):** *"Concretizado que foi o autêntico massacre desencadeado pela NATO e pelas suas principais potências sobre o povo líbio sobram-nos os motivos de preocupação. Cinco meses de bombardeamentos, milhares de civis inocentes mortos, infra-estruturas e equipamentos sociais destruídos, um país em ruínas, é esta a verdade inconveniente que procuram esconder os que se lançam já no saque dos recursos do país e no chorudo negócio da reconstrução.*

*Ao mesmo tempo que repartem o petróleo e os demais recursos naturais líbios, preparam-se para reconstruir, a expensas do povo líbio e dos fundos soberanos do país, aquilo que destruíram. O povo líbio foi e está a ser vítima de uma flagrante violação do Direito Internacional, da Carta das Nações Unidas e da própria Resolução do Conselho de Segurança 1973 que, hipocritamente, referia a protecção de civis. Os mesmos civis sobre os quais a NATO despejou as suas bombas humanitárias.*

*Mas como a realidade já se encarregou de demonstrar noutras situações, às agressões e à guerra do imperialismo norte-americano e europeu, os povos respondem resistindo e lutando pela paz, pela liberdade, pela sua soberania, tomando em suas mãos o seu destino."*

**Miguel Portas (GUE/NGL):** *"Senhora Presidente, a Primavera Árabe é, seguramente, o mais importante acontecimento mundial deste ano. E por isso gostaria de me associar à proposta de se atribuir o Prémio Sakharov a este processo revolucionário. Esse gesto teria, e terá, um inegável valor simbólico.*

*Com efeito, a União Europeia e os seus governos foram, durante anos e anos, cúmplices dos regimes ditatoriais que oprimiram as aspirações de liberdade no mundo árabe. Desde então, deste lado do Mediterrâneo, sempre se têm preferido os negócios à liberdade, a repressão dos fluxos migratórios ao respeito pelos direitos humanos, e até o silêncio à denúncia. Está na hora de mudar, e a questão é se queremos realmente mudar, ou apenas parecer que mudamos.*

*Na Líbia, a defesa das vítimas civis transformou-se numa guerra aérea pela mudança de regime, promovida pela NATO. A acção militar desta organização, liderada por Paris e Londres, extravasou e desvirtuou o próprio mandato das Nações Unidas. O abuso é tão notório que as acções militares prosseguem agora, apesar de*

*as bolsas de resistência serem mínimas. As bombas da NATO não asseguram a segurança da revolução que chegou a Trípoli. As bombas da NATO, neste momento, alargam o perímetro de negócios que a reconstrução das infra-estruturas vai garantir aos diferentes governos envolvidos na guerra.*

*Há quem esteja muito preocupado com os contratos de prospecção que a TOTAL possa vir a adquirir. As minhas preocupações são outras. Eu gostaria que o Conselho Nacional de Transição mantivesse com clareza os compromissos que anunciou em matéria de reconciliação nacional e respeito pelos direitos humanos, em particular das mulheres e dos imigrantes, e a Europa deve apoiá-los nessa prioridade.*

*Todas as primaveras chegam ao seu outono, mesmo na Líbia. Cerca de meio milhão de imigrantes da África Subsariana fugiram da Líbia e encontram-se hoje na Tunísia e no Egipto sem as necessárias condições de apoio. Entre as prioridades esta é a primeira delas neste momento.*

*Por outro lado, na Líbia, não foram apenas as forças de Khadafi e os aviões da NATO que mataram populações civis. Também se cometeram actos indignos no campo da insurreição. Garantir uma investigação independente que contribua para a reconciliação nacional é, a esta luz também, indispensável.*

*O nosso apoio aos movimentos democráticos deve ser genuíno. Devemos deixar aos povos a condução dos seus próprios destinos, e o papel da Europa não é o da ingerência nem o dos dois pesos e duas medidas. Não podemos condenar a repressão na Síria e silenciá-la no Barém. Não podemos boicotar o petróleo na Síria e aceitá-lo no Iémen. Aliás, não devemos aceitar boicotes que prejudiquem as populações. E é exactamente assim e só desta maneira que a Primavera Árabe será, porque será obra dos próprios árabes."*

## Ordem do dia 12 a 15 Setembro de 2011

### ► Segunda-feira, 12 de Setembro de 2011

**17:00 - 23:00**

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

10º Aniversário do 11 de Setembro de 2001 - *Declaração do Presidente*

Negociações em curso da Ronda de Doha - *Declaração da Comissão*

Uma estratégia eficaz para a Europa no domínio das matérias-primas - *Relatório: Reinhard Bütikofer (A7-0288/2011)*

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

A política de luta contra o terrorismo da UE: principais realizações e desafios futuros - *Relatório: Sophia in 't Veld (A7-0286/2011)*

Política de auditoria: lições da crise - *Relatório: Antonio Masip Hidalgo (A7-0200/2011)*

Actual e futura gestão das pescas Mar Negro - *Relatório: Iliana Malinova Iotova (A7-0236/2011)*

Os desafios da segurança da exploração offshore de petróleo e gás - *Relatório: Vicky Ford (A7-0290/2011)*

O empreendedorismo feminino nas pequenas e médias empresas - *Relatório: Marina Yannakoudakis (A7-0207/2011)*

Situação das mulheres que se aproximam da idade da reforma - *Relatório: Edit Bauer (A7-0291/2011)*

### ► Terça-feira, 13 de Setembro de 2011

**09:00 - 11:20**

Directiva sobre mediação nos Estados-Membros - *Relatório: Arlene McCarthy (A7-0275/2011)*

Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX) - *Relatório: Simon Busuttill (A7-0278/2011)*

**11:30 - 12:00 VOTAÇÃO**

Pedido de levantamento da imunidade de Hans-Peter Martin - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A7-0267/2011)*

Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX) - *Relatório: Simon Busuttill (A7-0278/2011)*

Alteração do Regulamento (CE) n.º 428/2009 do Conselho que cria um regime comunitário de controlo das exportações, transferências, corretagem e trânsito de produtos de dupla utilização - *Relatório: Vital Moreira (A7-0256/2011)*

Revogação de determinados actos obsoletos do Conselho no domínio da política agrícola comum - *Relatório: Paolo De Castro (A7-0252/2011)*

Revogação de determinados actos obsoletos do Conselho - *Relatório: Vital Moreira (A7-0257/2011)*

Revogação do Regulamento (CEE) n.º 429/73 e do Regulamento (CE) n.º 215/2000 - *Relatório: Vital Moreira (A7-0250/2011)*

Avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente - *Relatório: Sajjad Karim (A7-0272/2011)*

Serviço público regulado oferecido pelo sistema mundial de radionavegação por satélite resultante do programa Galileo - *Relatório: Norbert Glante (A7-0260/2011)*

Acordo Internacional de 2006 sobre as Madeiras Tropicais - *Recomendação: Vital Moreira (A7-0280/2011)*

Acordo entre a UE e a Suíça relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e géneros alimentícios - *Recomendação: Béla Glattfelder (A7-0247/2011)*

Acordo UE-Noruega relativo à concessão de preferências comerciais suplementares para produtos agrícolas - *Recomendação: Helmut Scholz (A7-0276/2011)*

Alargamento ao Liechtenstein do Acordo CE-Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas - *Recomendação: Béla Glattfelder (A7-0248/2011)*

Convenção sobre a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos do Alto Mar no Oceano Pacífico Sul - *Recomendação: Carmen Fraga Estévez (A7-0274/2011)*

Acordo UE-Brasil sobre segurança da aviação civil - *Recomendação: Silvia-Adriana Țicău (A7-0259/2011)*

Acordo entre a UE e a Islândia e a Noruega sobre os processos de entrega entre os Estados-Membros da UE e a Islândia e a Noruega - *Recomendação: Rui Tavares (A7-0268/2011)*

Alteração do Regulamento (CE) n.º 521/2008 do Conselho relativo à constituição da empresa comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» - *Relatório: Herbert Reul (A7-0261/2011)*

Política de auditoria: lições da crise - *Relatório: Antonio Masip Hidalgo (A7-0200/2011)*

Situação das mulheres que se aproximam da idade da reforma - *Relatório: Edit Bauer (A7-0291/2011)*

Directiva sobre mediação nos Estados-Membros - *Relatório: Arlene McCarthy (A7-0275/2011)*

Regras de modulação voluntária dos pagamentos directos no âmbito da política agrícola comum - *Relatório: Britta Reimers (A7-0203/2011)*

Créditos à exportação que beneficiam de apoio oficial - *Relatório: Yannick Jadot (A7-0364/2010)*

Uma estratégia eficaz para a Europa no domínio das matérias-primas - *Relatório: Reinhard Bütikofer (A7-0288/2011)*

Actual e futura gestão das pescas Mar Negro - *Relatório: Iliana Malinova Iotova (A7-0236/2011)*

Os desafios da segurança da exploração offshore de petróleo e gás - *Relatório: Vicky Ford (A7-0290/2011)*

O empreendedorismo feminino nas pequenas e médias empresas - *Relatório: Marina Yannakoudakis (A7-0207/2011)*

#### **12:00 - 12:30 Sessão solene**

Alocação de Bronisław Komorowski, Presidente da República da Polónia

#### **12:30 - 14:00 Continuação da votação**

#### **15:00 - 18:30**

Integridade e transparência do mercado energético - *Relatório: Jorgo Chatzimarkakis (A7-0273/2011)*

Discussão conjunta - Legislar melhor

Relatório anual sobre o controlo da aplicação do direito comunitário (2009) - *Relatório: Eva*

*Lichtenberger (A7-0249/2011)*

Legislar melhor, subsidiariedade e proporcionalidade, e regulamentação inteligente - *Relatório: Sajjad Karim (A7-0251/2011)*

Acesso do público aos documentos 2009-2010 - *Relatório: Judith Sargentini (A7-0245/2011)*

Actividades da Comissão das Petições em 2010 - *Relatório: Willy Meyer (A7-0232/2011)*

**18:30 - 20:00**

Período de perguntas (Comissão)

**21:00 - 24:00**

Internacionalização das PME europeias - *Pergunta oral (O-000185/2011 - B7-0430/2011)*

Estratégia da UE para os sem-abrigo - *Pergunta oral (O-000153/2011 - B7-0421/2011)*

Uma abordagem abrangente em relação às emissões antropogénicas diversas do CO2 relevantes para o clima- *Pergunta oral (O-000135/2011 - B7-0418/2011)*

► **Quarta-feira, 14 de Setembro de 2011**

**09:00 - 11:20 DEBATES PRIORITÁRIOS**

A crise económica e o euro - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Apresentação pelo Conselho da sua posição sobre o projecto de orçamento geral para o exercício de 2012

**11:30 - 13:30 VOTAÇÃO**

Intervenção do Presidente - Massacres deste Verão na Noruega

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: AT/AT&S, Áustria - *Relatório: Barbara Matera (A7-0279/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: «AT/Steiermark and Niederösterreich», Áustria - *Relatório: Barbara Matera (A7-0277/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: pedido de assistência técnica apresentado por iniciativa da Comissão - *Relatório: Barbara Matera (A7-0270/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2010/029 NL/Zuid-Holland e Utrecht Division 18/Países Baixos - *Relatório: Barbara Matera (A7-0303/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2010/027 NL/Noord-Brabant Division 18/Países Baixos - *Relatório: Barbara Matera (A7-0304/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2010/028 NL/Overijssel

Division 18/Países Baixos - *Relatório: Barbara Matera (A7-0305/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2010/030 NL/Noord-Holland e Flevoland Division 18/Países Baixos - *Relatório: Barbara Matera (A7-0306/2011)*

Integridade e transparência do mercado energético - *Relatório: Jorgo Chatzimarkakis (A7-0273/2011)*

Relatório anual sobre o controlo da aplicação do direito comunitário (2009) - *Relatório: Eva Lichtenberger (A7-0249/2011)*

Acesso do público aos documentos 2009-2010 - *Relatório: Judith Sargentini (A7-0245/2011)*

Alteração do Regimento relativamente às audições dos comissários indigitados - *Relatório: Andrew Duff (A7-0240/2011)*

Negociações em curso da Ronda de Doha - *Propostas de resolução*

Legislar melhor, subsidiariedade e proporcionalidade, e regulamentação inteligente - *Relatório: Sajjad Karim (A7-0251/2011)*

Actividades da Comissão das Petições em 2010 - *Relatório: Willy Meyer (A7-0232/2011)*

Estratégia da UE para os sem-abrigo - *Propostas de resolução*

Uma abordagem abrangente em relação às emissões antropogénicas diversas do CO2 relevantes para o clima - *Propostas de resolução*

#### **15:45 - 20:45**

Situação na Líbia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação na Síria - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação do processo de paz do Médio Oriente - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta*

*Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Suprir a disparidade entre a legislação relativa à luta contra a corrupção e a realidade - *Perguntas orais*

(O-000148/2011 - B7-0419/2011) (O-000149/2011 - B7-0420/2011) (O-000154/2011 - B7-0422/2011)

(O-000155/2011 - B7-0423/2011) (O-000172/2011 - B7-0424/2011) (O-000173/2011 - B7-0425/2011)

(O-000178/2011 - B7-0427/2011) (O-000179/2011 - B7-0428/2011) (O-000190/2011 - B7-0431/2011)

(O-000191/2011 - B7-0432/2011) (O-000193/2011 - B7-0433/2011) (O-000194/2011 - B7-0434/2011)

#### **► Quinta-feira, 15 de Setembro de 2011**

#### **09:00 - 11:50**

Fome na África Oriental - *Declaração da Comissão*

A posição e os compromissos da UE antes da reunião de alto nível das Nações Unidas sobre a prevenção e o controlo de doenças não transmissíveis - *Declaração da Comissão*

Abordagem política da UE à Conferência Mundial das Radiocomunicações da UIT de 2012 (WRC-12) - *Pergunta oral (O-000180/2011 - B7-0429/2011)*

#### **12:00 - 13:00 VOTAÇÃO**

Negociações sobre o Acordo de Associação entre a UE e a Moldávia - *Relatório: Graham Watson (A7-0289/2011)*

Situação na Líbia - *Propostas de resolução*

Situação na Síria - *Propostas de resolução*

Suprir a disparidade entre a legislação relativa à luta contra a corrupção e a realidade - *Propostas de resolução*

Fome na África Oriental - *Propostas de resolução*

A posição e os compromissos da UE antes da reunião de alto nível das Nações Unidas sobre a prevenção e o controlo de doenças não transmissíveis - *Propostas de resolução*

Abordagem política da UE à Conferência Mundial das Radiocomunicações da UIT de 2012 (WRC-12) - *Propostas de resolução*

#### **15:00 - 16:00**

Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (Artigo 122.º do Regimento)

Bielorrússia: detenção de Ales Bialatski, defensor dos direitos humanos



Sudão: a situação no Cordofão do Sul e no Estado do Nilo Azul

Eritreia: o processo de Isaak Dawit

**16:00 - 17:00 Votação (no final dos debates anteriores)**

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (Artigo 122.º do Regimento)